

# Brasil deve fechar o ano com perdas de US\$ 100 milhões

4 DEZ 1987

por Maria Clara R.J.M. do Prado de Brasília

A despeito da suspensão do pagamento de juros aos credores externos privados e do crescimento dos saldos comerciais, ao longo dos últimos meses, o País deve fechar o ano com uma perda de US\$ 100 milhões nas reservas internacionais — medidas pelo conceito de caixa do Banco Central (BC). Em 31 de dezembro de 1986, o Brasil detinha em caixa — aquilo que está disponível — US\$ 4,585 bilhões.

As últimas projeções para as contas do balanço de pagamentos deste ano apontam para um superávit de US\$ 700 milhões e não mais de US\$ 1,270 bilhão, conforme estimado na última reavaliação. Elas passam a embutir um refinanciamento implícito para os juros devidos e não pagos aos bancos credores de US\$ 4,1 bilhões contra os US\$ 4,3 bilhões previstos inicialmente.

Essa alteração, conforme explicou ontem a este jornal o diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, resulta de uma revisão nos números: os US\$ 4,3 bilhões que antes haviam sido estimados para o valor dos juros suspensos entre 20 de fevereiro deste ano até 31 de dezembro, junto aos bancos estrangeiros, estavam superestimados e, na recheagem dos números, apuraram-se US\$ 4 bilhões para o período.

Além disso, o governo decidiu que os US\$ 600 milhões de juros devidos, em função de compromissos externos, a bancos brasileiros no exterior (aqui incluído o Banco do Brasil) serão pagos dentro do es-



Carlos Eduardo de Freitas

quem armado com o comitê assessor da dívida externa, pelo qual o Brasil participa com US\$ 500 milhões de desembolso de suas reservas ainda neste ano.

Sobra o valor de US\$ 4,1 bilhões a ser refinanciado, dos quais US\$ 3 bilhões saem de empréstimo-ponte dos próprios credores para o qual o processo de coleta de assinaturas de adesão continua em curso até o próximo dia 8. A diferença de US\$ 1,1 bilhão deve ser paga pelo Brasil em meados do ano que vem, caso o pretendido acordo para o refinanciamento dos juros de 1988 e de 1989 seja levado a termo.

Esse acordo depende, fundamentalmente, de projeções para as contas externas nos próximos dois anos. O negociador da dívida brasileira, Fernão Bracher, levou consigo algumas planilhas de simulações com exercícios que procuram espelhar cenários diversos para a economia do País.

Um dos pontos polêmicos apontados por economistas do próprio governo em Brasília gira justamente em torno da expectativa quanto aos saldos comer-

ciais. Uma das projeções que aponta para um superávit de US\$ 10,4 bilhões em 1988, por exemplo, é considerada como subestimada por alguns funcionários graduados do governo, mas o fato é que há grande insegurança em torno desses números.

O próprio diretor da Área Externa do BC diz que o comportamento da balança comercial vai depender, basicamente, da elasticidade das exportações brasileiras com relação ao nível de consumo interno, e isso, por sua vez, é função do gerenciamento da política econômica do governo. "Não é coisa que o ministro da Fazenda possa decidir porque existe uma sociedade que pode querer aceitar ou não a orientação da política econômica", na opinião de Carlos Eduardo de Freitas.

De todo modo, os cenários montados prevêem como meta para as contas externas uma recuperação expressiva no nível das reservas internacionais do País para o nível mínimo de US\$ 7 bilhões na ponta do ano que vem.

Esse objetivo ficará mais fácil de ser atingido caso o Brasil venha efetivamente a assinar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um acordo de monitoramento, do tipo "stand by".

Freitas lembrou a intenção do governo brasileiro de não pedir aos bancos financiamento para pagar o FMI — "há uma desvinculação" — e também o compromisso de só usar os recursos do Fundo para a recomposição de reservas.

Ele acredita que haja espaço para o Brasil, via acordo "stand by", obter

do FMI empréstimo no valor de US\$ 1,5 bilhão pelo período máximo de doze meses.

Para este ano, o Banco Central decidiu rever de US\$ 10,2 bilhões para US\$ 10,5 bilhões a projeção para o superávit da balança comercial, tendo em vista o desempenho verificado efetivamente até o mês de outubro.

Para a conta de investimentos estrangeiros, trabalha-se agora com a perspectiva de que seja liquidamente (entradas menos saídas) positiva em torno de US\$ 160 milhões no final do ano, mas essas revisões, que supõem um acréscimo na entrada de mais dólares na economia, acabam sendo suplantadas pela redução dos ingressos novos da parte dos organismos financeiros multilaterais.

Só com o Banco Mundial, por exemplo, o País deve fechar este ano com um desembolso líquido de cerca de US\$ 500 milhões. Ou seja, a entrada de dinheiro da parte dessa organização ficou aquém, naquele valor, das despesas com amortizações pagas também ao Banco Mundial, por conta de empréstimos tomados no passado.

O País também estará pagando ao FMI US\$ 800 milhões de amortizações, um valor que é registrado abaixo da linha do balanço de pagamentos, mas que tem relação direta com o nível das reservas internacionais do País. "O nível das reservas este ano será baixo e precisamos de um crescimento que pelo menos garanta o pagamento de importações por três meses", alinhavou Carlos Eduardo de Freitas.